

## A PESQUISA REALIZADA NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

Stella Maria Leal Bastos Senes\*  
Fernanda Maria G. Almeida\*\*  
Carine Nunes de Oliveira\*\*\*  
Danielle Rodrigues Fonseca\*\*\*\*  
Maria Dalvina Santos Costa\*\*\*\*\*

**RESUMO:** *Este trabalho tem como objetivo socializar informações sobre o desenvolvimento da pesquisa do Projeto Tecendo Laços: uma experiência de reconquista do direito à convivência familiar<sup>1</sup>, desenvolvida pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, a Agenzia Regionale per le Adizione Internazionale da Regione Piemonte e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão. A pesquisa, em curso, tem o objetivo de levantar informações sobre a realidade das instituições de acolhimento de crianças e adolescentes no Estado da Bahia, o atendimento que prestam às crianças e adolescentes e as características deste público. O estudo encontra-se em etapa correspondente à análise dos dados da pesquisa realizada nas instituições de acolhimento de Salvador e Região Metropolitana, no período de janeiro até julho de 2008. Para a realização da investigação foram utilizados os instrumentos: observação direta, questionário, entrevistas semi-estruturadas, análises de documentos e de dados secundários. Assim, foram identificadas, durante o período da pesquisa, trinta instituições de acolhimento em Salvador e Região Metropolitana, destas, vinte e sete participaram da pesquisa.*

**Palavras-chave:** Acolhimento institucional; Família; Situação de vulnerabilidade social.

### INTRODUÇÃO

Apresenta-se, neste texto, informações sobre o desenvolvimento da primeira etapa da pesquisa do Projeto Tecendo Laços: uma reconquista do direito à convivência familiar. O Projeto foi implantado, em agosto de 2007, através de um Termo de Cooperação Internacional firmado entre a *Universidade Católica do Salvador*, pela *Escola de Serviço Social*, a *Agenzia Regionale per le Adizione Internazionale da Regione Piemonte* (Itália), a *Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza* e a *Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão* (FAPEX).

O objetivo geral da pesquisa é conhecer e documentar a realidade das instituições de acolhimento no Estado da Bahia e o atendimento prestado às crianças e adolescentes, bem como

\* Mestre em Serviço Social Contemporâneo. Professora da ESSUCSAL. Coordenadora da pesquisa do Projeto Tecendo Laços - UCSAL/BA. Autora [ssenes@uol.com.br](mailto:ssenes@uol.com.br).

\*\* Doutora em Educação. Professora da ESSUCSAL. Pesquisadora do Projeto Tecendo Laços. UCSAL/ BA. Co-autora. [fga@ufba.br](mailto:fga@ufba.br).

\*\*\* Estudante de Serviço Social da ESSUCSAL, 7º período, pesquisadora do Projeto Tecendo Laços. UCSAL/ BA – Co-autora. [cacaununes@oi.com.br](mailto:cacaununes@oi.com.br).

\*\*\*\* Estudante de Serviço Social da ESSUCSAL, 5º período. pesquisadora do Projeto Tecendo Laços. UCSAL/ BA – Co-autora [drfonseca@hotmail.com](mailto:drfonseca@hotmail.com).

\*\*\*\*\* Estudante de Serviço Social da ESSUCSAL, 7º período. Pesquisadora do Projeto Tecendo Laços. UCSAL/ BA- Co-autora [mariadalvina@hotmail.com](mailto:mariadalvina@hotmail.com).

<sup>1</sup> O Projeto conta com a participação de Cheila de Jesus Queiroz, assistente social, na condição de pesquisadora.

as características deste público. A relevância da pesquisa é justificada pela necessidade de apresentar novos dados ao poder público que sirvam de instrumental para ações que possibilitem o reordenamento das instituições que desenvolvem programas de abrigo a partir da perspectiva do direito à reinserção familiar e comunitária. A proposta do projeto é articulada ao que é preconizado pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA) e, também, às orientações do *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária* (BRASIL:2006).

A demanda pelo reordenamento das instituições e a afirmação do direito à reinserção familiar e comunitária parte da necessidade de promover espaços adequados à socialização, onde sejam respeitadas as individualidades e subjetividades e sejam preservados os vínculos sociais e afetivos das crianças e adolescentes acolhidos. Implica, também, em ultrapassar a concepção do abrigo como a principal alternativa à situação de pobreza e vulnerabilidade social do núcleo familiar.

Diante do exposto, este trabalho busca agregar conhecimento e fomentar o debate sobre o acolhimento institucional a partir da realidade das instituições de acolhimento pesquisadas em Salvador e Região Metropolitana. Para a realização da investigação foram utilizados os instrumentos: observação direta, questionário, entrevistas semi-estruturadas, análises de documentos e de dados secundários. Assim, foram identificadas, durante o período da pesquisa, trinta instituições de acolhimento em Salvador e Região Metropolitana, destas, vinte e sete participaram da pesquisa.

## A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A pesquisa, em curso, partiu do levantamento do universo de instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em Salvador e Região Metropolitana. Buscou-se, através de contato com entidades que atuam na área de defesa do direito da criança e adolescente, informações sobre instituições que trabalhavam em sistema de acolhimento institucional. Adotou-se o termo acolhimento institucional “para designar os programas de abrigos entidade, definidos no Art. 90, Inciso IV, do ECA, como aqueles que atendem crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo( BRASIL, 2006, p.40).

Durante o trabalho foram identificadas trinta instituições, sendo vinte e seis em Salvador e quatro na Região Metropolitana distribuídas entre os municípios de Simões Filho e Lauro de Freitas. Entre estas instituições vinte e sete participaram da pesquisa. Os motivos alegados para a não participação de duas instituições da Região Metropolitana foi o processo de desativação do programa de abrigo. A única instituição de Salvador que não participou da pesquisa, manifestou resistência para receber a equipe.

Para alcançar os objetivos propostos, foi necessária a construção de um instrumental que atendesse à demanda quantitativa, referente ao universo de crianças e adolescentes acolhidos por instituição, mas, principalmente, que contemplasse os dados qualitativos da realidade pesquisada, visto que seriam abordados no estudo aspectos subjetivos como vínculo familiar e motivos para o acolhimento. Segundo Minayo:

Os dados “qualitativos” são importantes na construção do conhecimento e, também eles, podem permitir o início de uma teoria ou a sua reformulação, refocalizar ou clarificar abordagens já consolidadas, sem que seja necessária a comprovação formal quantitativa. O princípio geral é que todos os dados devem estar articulados com a teoria (1994, p. 96).

A pesquisa, em curso, foi orientada pela idéia de que o acolhimento institucional é resultado de um processo histórico, dinâmico, construído e reconstruído socialmente e que tem na situação objetiva das famílias, o eixo para a compreensão dos aspectos motores desta realidade. Assim, a análise sobre os motivos para o acolhimento institucional e a qualidade dos vínculos familiares passa pela compreensão das contradições que envolvem o reconhecimento da centralidade da família como instância básica de proteção social e o seu processo de vulnerabilização na contemporaneidade. Mioto (2004) ao refletir sobre inter-relação entre Estado e família sinaliza para a relação contraditória que se estabelece para a efetivação da reprodução social, numa articulação que envolve controle e parcerias e que, ideologicamente, constrói a concepção sobre a capacidade da família exercer a função de proteção e cuidado dos seus membros, independente das suas condições objetivas de vida.

Carneiro (2005) argumenta que a vulnerabilidade social articula dimensões diversas como a inserção no mundo do trabalho, a ausência ou insuficiência de renda, a dificuldade de acesso à rede pública de proteção social, as necessidades básicas insatisfeitas e associa às referidas dimensões:

um conjunto de situações familiares que envolvem violação de direitos, como trabalho infantil, violência doméstica, abuso sexual, entre outras. A vulnerabilidade das famílias apresenta gradações, onde se mesclam, frequentemente, dimensões objetivas e subjetivas, tanto materiais quanto relativas a valores e comportamentos (CARNEIRO, 2005, p. 67-68).

Adota-se, então, como diretriz para análise, acerca dos motivos relacionados ao acolhimento, a compreensão de que a situação de vulnerabilidade social do núcleo familiar revela-se entre outras formas através do abandono, da violência doméstica, maus-tratos, negligência, etc. Neste sentido, cabe a reflexão de Mioto (2004) de que a promoção dos direitos de crianças e adolescentes é necessariamente articulada à assistência e proteção às famílias, para que possam cumprir as funções sociais atribuídas a elas, de proteger e socializar as novas gerações.

Considerando que um dos objetivos da pesquisa é mapear através das instituições pesquisadas, famílias que mantêm vínculos potenciais para trabalho de reinserção (a ser realizado em etapa posterior à pesquisa), foi necessário classificar através de categorias os motivos do acolhimento identificados. Com a finalidade de categorização dos motivos identificados para o acolhimento, distinguiu-se a situação de vulnerabilidade social, propriamente dita, do que se considera como produto do seu agravamento: o abandono, a violência doméstica, maus-tratos, negligência, etc.

Classificou-se, então, como situação de vulnerabilidade social as causas de acolhimento reveladas, exclusivamente, pela dificuldade ou impossibilidade da família para manter o cuidado, a proteção, a educação, a nutrição de criança por razão do desemprego; insuficiência de renda, falta de moradia; doença na família; deficiência física ou mental na família, etc. Ou seja, toda a situação descrita anteriormente, desde que não tenha sido relatado abandono, violência, abuso

sexual, maus-tratos, negligência, dependência química na família, ou qualquer situação em que a família pudesse, através de ações de seus membros, colocar a criança ou adolescente em situação de risco ou de violação de direitos.

Há registros históricos que indicam que o abandono de crianças, ocorre desde o Brasil Colônia (PASSETI, 1999; VENÂNCIO, 1999). O conceito de abandono comporta ambigüidade sinalizada por Venâncio (1999) que revela que, no período colonial, passou-se a diferenciar a forma que expunha bebês frutos de relações fora do casamento, à morte por abandono em locais de risco, com o único objetivo de preservação da identidade dos genitores, daquela que buscava a proteção através da entrega em instituições públicas. Esta ambigüidade é percebida, ainda hoje, através das histórias registradas nos prontuários de crianças e adolescentes abrigados. A diferença localiza-se no motivo para o abandono que, na contemporaneidade, está diretamente ligado às condições de reprodução social da família e não mais aos conceitos religiosos ou morais que estavam presentes na época do Brasil Colônia.

Quanto à violência doméstica contra a criança e adolescente, embora se considere que não é um fenômeno exclusivo das famílias em situação de vulnerabilidade social, cabe registrar que no caso das crianças e adolescentes acolhidos em Salvador e Região Metropolitana, no período de desenvolvimento da pesquisa, e cujo motivo do acolhimento institucional foi a violência doméstica, verificou-se o predomínio absoluto dos que têm origem em famílias em situação de vulnerabilidade social. A violência doméstica contra crianças e adolescentes, compreendida a partir das dimensões físicas, sexuais e psicológicas, é definida como:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico a vítima - implica de um lado, numa transgressão poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (GUERRA, 2001, p. 32/33).

Para o desenvolvimento da investigação foi utilizado como instrumental: a observação direta das instituições pesquisadas, entrevistas semi-estruturadas com representantes e/ou técnicos das instituições, associadas à aplicação de questionário, análises documentais e análise de dados secundários. A construção deste instrumental foi realizada em distintas etapas: levantamento bibliográfico sobre a temática; estudo; construção do instrumento sobre a situação da instituição de acolhimento; construção do instrumento sobre as características das crianças e adolescentes acolhidos; teste dos instrumentos em uma instituição previamente selecionada; revisão do instrumental; revisão bibliográfica; validação do instrumental na instituição testada.

Durante o processo de elaboração, teste e revisão dos instrumentos sobre a situação das crianças e adolescentes foram identificados os principais aspectos que deveriam ser investigados. Definiu-se, inicialmente, que seria contemplado, por instituição pesquisada, o universo de crianças e adolescentes. Assim, as crianças e adolescentes foram categorizados por sexo, idade, cor, motivo do acolhimento, quem encaminhou para o acolhimento, presença de irmãos na instituição, tipo de vínculo familiar, tempo de acolhimento institucional, escolaridade e a situação referente ao contato familiar (visitas das crianças às famílias e das famílias às crianças).

A principal fonte de dados sobre a situação das crianças e adolescentes acolhidos foi o levantamento das informações dos prontuários, e as entrevistas com os técnicos (na maior parte

da das situações assistentes sociais e/ou psicólogos) que complementavam ou esclareciam as informações. Em algumas instituições não foi facilitado o acesso direto aos prontuários, mas as informações solicitadas sobre as crianças foram sistematizadas em outro documento pelos técnicos e discutidas com a equipe da pesquisa.

Além da análise das informações dos prontuários, foram realizadas entrevistas com os responsáveis (ou os técnicos na ausência dos responsáveis) das instituições para relato da história da entidade e o detalhamento da dinâmica institucional. Entre os instrumentos utilizados, destacam-se neste momento: o questionário que continha questões sobre os dados gerais da instituição (endereço completo, telefones, site, e-mail, capacidade de acolhimento, nº de crianças acolhidas, características do público atendido) e a entrevista semi-estruturada desenvolvida a partir de um roteiro, que contemplava informações sobre as histórias das instituições, suas características, as atividades desenvolvidas, a gestão dos recursos, a relação da entidade em espaços políticos e a sua relação com os órgãos de encaminhamento e fiscalização, o trabalho desenvolvido com as crianças e suas famílias, a perspectiva de reinserção familiar da instituição, o significado de abrigar para os atores sociais entrevistados.

Atualmente o trabalho encontra-se na fase correspondente à análise dos dados obtidos na primeira etapa da pesquisa de campo. Busca-se, nesta fase, ampliar a compreensão acerca do contexto pesquisado, buscando no material recolhido através do trabalho de campo ultrapassar a compreensão imediata para apreender as significações dos conteúdos pesquisados (MINAYO, 1994).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve o objetivo de socializar informações, ainda parciais, sobre o desenvolvimento da pesquisa do Projeto Tecendo Laços. Considerando o objetivo da pesquisa de investigar a realidade das instituições de acolhimento, a situação do público atendido, com a finalidade de fornecer elementos ao poder público que favoreçam ao reordenamento dos abrigos, na perspectiva do direito à convivência familiar e comunitária, buscou-se construir o conhecimento a partir da compreensão das demandas que geram o acolhimento institucional.

Partiu-se, então para a apresentação da trajetória do processo investigativo a partir da definição das categorias trabalhadas. Destacou-se inicialmente a família a partir da compreensão da sua centralidade para a constituição da vida social. Buscou-se articular este conceito à situação de vulnerabilidade social, a partir da compreensão das suas dimensões materiais e imateriais, e ao acolhimento institucional, como resposta organizada socialmente frente à situação de vulnerabilidade do grupo familiar. Em seguida, apresentou-se a situação de abandono e a violência doméstica como produto do agravamento das vulnerabilidades. O texto apresentou, ainda, o processo de construção do instrumental utilizado durante o trabalho de campo e as categorias empíricas articuladas neste instrumental.

Buscou-se através deste trabalho e da descrição do desenvolvimento das atividades de pesquisa fomentar reflexões sobre a realidade do acolhimento institucional e a situação de vulnerabilidade das famílias. Entretanto, o que é necessário ratificar através deste estudo é que se faz urgente a demanda por espaços institucionais renovados, tanto na forma de atendimento assistencial prestado, quanto na forma de compreensão das determinações sociais que geram e agravam as vulnerabilidades na família. Cabe ainda, buscar ultrapassar a concepção arraigada do

abrigo como a principal alternativa à situação de pobreza e vulnerabilidade social do núcleo familiar e avançar no sentido da ampliação da proteção e assistência às famílias para que elas consigam exercer a sua função social.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. SETRAS. **Parâmetros para o funcionamento de entidades que desenvolvem atendimento em regime de abrigo** - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução nº 004/2006, de 12 de junho de 2006. – Salvador: SETRAS, 2006.

BATISTA, Myrian Veras. *Um olhar para a história*. In: BAPTISTA, Myrian Veras (coord.) **Abriço- Comunidade de acolhida e socioeducação** - Coletânea Abrigar - São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006; p. 25-37.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri e KRAMER, Sonia. *Infância, Educação e Direitos Humanos* – São Paulo : Cortez, 2003.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**, 06 de dezembro de 2006.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. Interpretes do Brasil. Rio de Janeiro: nova Aguilar; 2002; 3v. (Biblioteca luso-brasileira; série brasileira); v.3; p.899-1102.

CARNEIRO, Carla B. Ladeira. *Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social*. In Revista **Serviço Social e Sociedade** nº 84. Reconceitualização do Serviço Social: 40 anos. São Paulo: Cortez, 2005; p. 66-90.

CARVALHO, Ana M. A. *et alli. Uma reflexão sobre o conceito de vínculo interpessoal na teorização psicológica*. In: CARVALHO, Ana M. A. e MOREIRA, Lúcia V. de C.(orgs.) **Família, Subjetividade, Vínculos** – São Paulo: Paulinas 2007.125-140.

DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. – São Paulo: Contexto, 1989.

FERRARI, Márcio e KALOUSTIAN Sílvio M.. *Família Brasileira a base de tudo (Introdução)*. In: KALOUSTIAN Sílvio M. **Família Brasileira a base de tudo** – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef, 1994.

GUARÁ, Isa Maria F.R. *Abriço- Comunidade de acolhida e socioeducação*. In: BAPTISTA, Myrian Veras (coord.) **Abriço- Comunidade de acolhida e socioeducação** - Coletânea Abrigar São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006, p.63-75.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 4ª ed: revista ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento** – São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. *Novas Propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar*. In SALES, Mione Apolinário, MATOS, Maurílio Castro de e LEAL, Maria Cristina Leal (orgs.). **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**- São Paulo: Cortez, 2004, p. 43-59.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães Abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. 2ª edição - São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Rita de Cássia. *A história começa a ser revelada: panorama atual do abrigo no Brasil*. In: BAPTISTA, Myrian Veras (coord.) **Abriço - Comunidade de acolhida e socioeducação** - São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006 – Coletânea Abrigar; p.39-51.

PASSETTI, Edson. *Crianças carentes e políticas públicas*. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das crianças no Brasil** – São Paulo: Contexto, 1999; p.347-375.

PAUGAM, Serge. *Fragilização e ruptura dos vínculos sociais. Uma dimensão do processo de desqualificação social*. In Serviço Social e Sociedade 60 – São Paulo: Cortez, 1999; p.41-59.

SALES, Mione Apolinário *et alli (org)*. **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos** – São Paulo : Cortez, 2004.

SÃO PAULO. **Reordenamento de abrigos infanto-juvenis da cidade de São Paulo: construção da política interinstitucional de defesa dos direitos de convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes de São Paulo**. Secretaria Municipal de Assistência Social et alli. São Paulo:SAS,2004.

VICENTE, Cenise M. *O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo*. In: KALOUSTIAN Sílvio M. **Família Brasileira a base de tudo** – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef, 1994. 47-59.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX** - Campinas-São Paulo: Papyrus, 1999.